

O IMPACTO DO PISA EM PORTUGAL ATRAVÉS DOS MEDIA

Valter Lemos

Instituto Politécnico de Castelo Branco, Castelo Branco, Portugal

Anabela Serrão

Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), CIES-IUL, Lisboa, Portugal

Resumo O PISA (Programme for International Student Assessment) tem constituído um instrumento de ação da OCDE com impacto público e influência nas políticas de educação de diversos países. Este artigo analisa a forma como o PISA e a divulgação dos resultados dos alunos portugueses foram tratados em três meios nacionais de referência de comunicação escrita entre 2001 e 2012: o jornal *Diário de Notícias*, o jornal semanário *Expresso* e a revista semanal *Visão*. Concluiu-se que cada vez mais os *media* nacionais têm vindo a desempenhar um importante papel na divulgação dos resultados do PISA, com um aumento significativo do número de peças jornalísticas, contribuindo para moldar a política de educação nacional, ao estabelecerem frequentemente relação entre o PISA e medidas de política concretas em que este programa aparece como elemento legitimador da decisão.

Palavras-chave PISA, OCDE, *media*

Abstrac PISA has been an instrument of action of the OECD with public impact and influence on education policies in several countries. This article looks at how PISA and dissemination of results from Portuguese students were treated in three media of national reference between 2001 and 2012: the daily newspaper *Diário de Notícias*, the weekly newspaper *Expresso* and the weekly *Visão*. It was concluded that the national media have been playing an important role in disseminating the PISA results, with a significant increase in the number of news stories, helping to shape the national education policy often when establishing relationship between PISA and concrete policy measures where this program seems to appear as legitimizing element of political decision.

Keywords PISA, OCDE, *media*

Résumé Le PISA a été un instrument d'action de l'OCDE avec impact sur le public et de l'influence sur les politiques éducatives dans plusieurs pays. Cet article porte sur la façon dont le PISA et la diffusion des résultats des étudiants portugais ont été traités dans trois médias de référence nationale de 2001 à 2012: le quotidien *Diário de Notícias*, l'hebdomadaire *Expresso* et l'hebdomadaire *Visão*. Il a été conclu que les médias nationaux ont joué un rôle important dans la diffusion des résultats du PISA, avec une augmentation significative du nombre de nouvelles, contribuant à façonner souvent la politique de l'éducation nationale, en établissant une relation entre le PISA et des mesures politiques concrètes, alors que ce programme apparaît comme élément de légitimation de la décision politique.

Mots-clés PISA, OCDE, *media*

Resumen El PISA ha constituído un instrumento de acción de la OCDE con impacto público e influencia en las políticas de educación de diversos países. Este artículo analiza la forma como el PISA y la divulgación de los resultados de los alumnos portugueses fueron abordados en tres medios de comunicación escrita de referencia nacionales entre 2001 y 2012: el periódico diario *Diário de Notícias*, el periódico semanal *Expresso* y la revista semanal *Visão*. Se concluye que cada vez más los medios de comunicación nacionales han desempeñado un papel importante en la divulgación de los resultados PISA, con un aumento significativo del número de artículos periodísticos, ayudando a moldear la política de educación nacional al establecerse frecuentemente una relación entre el PISA y las medidas de política concretas en que este programa aparece como elemento legitimador de decisión política.

Palabras-clave PISA, OCDE, medios de comunicación

Introdução

Desde o início do Programme for International Student Assessment (PISA) em 2000, a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (OCDE) tem vindo a tornar-se a referência na produção de indicadores sobre a qualidade dos sistemas de ensino nacionais. Segundo a própria OCDE: “O PISA representa um compromisso dos governos na monitorização dos resultados dos sistemas educativos através da medição do aproveitamento dos alunos de forma regular e com uma matriz comum internacionalmente acordada. Tal visa providenciar uma nova base para o diálogo na definição de políticas e para a cooperação na formulação e implementação de objetivos educativos de forma inovadora que reflita a avaliação das capacidades que são necessárias à vida adulta.” (OECD, 2009: 9).

Apesar de a divulgação dos primeiros resultados do PISA ter pouco mais de uma década, hoje existe já alguma evidência do seu impacto e influência na formulação, implementação e avaliação das políticas públicas de educação (Breakspear, 2012) e diversos autores estudaram já o designado *PISA effect* (Grek, 2009; Grek e Ozga, 2008) ou tentaram estabelecer relações entre este e as políticas públicas de certos países (Baird, *et al.*, 2011; Bieber e Martens, 2011; Breakspear, 2012; OECD, 2010b).

Para avaliar o impacto do PISA num país, a reação nos meios de comunicação social (*media*) constitui um relevante elemento de análise. Desde logo porque estes constituem hoje as principais instâncias mediadoras da comunicação entre os diversos atores sociais (Melo, 2005). Assim, a expressão nos *media* não revela necessariamente a relevância política de um assunto e ainda menos nos dará uma medida consistente das reações de reforma política a um determinado facto, ou seja, a resposta mediática e a resposta política não se confundem. Mas, dá-nos, pelo menos, uma medida da controvérsia pública, pois podemos concluir que, se houver um elevado número de peças jornalísticas nos *media* acerca de um assunto, tal significa uma elevada relevância do mesmo na opinião pública desse país. Não surpreende

pois que o impacto do PISA nos *media* e as eventuais relações com as políticas públicas possam ser objeto de investigação, tendo em vista o estudo destas.

O número de estudos que utiliza a análise dos *media* para investigar o impacto público do PISA é ainda pouco abundante e o estudo da sua relação com as políticas é ainda mais raro. Figazzolo (2009) no âmbito do estudo do impacto do PISA 2006 refere a análise de 12 mil artigos sobre o PISA no mundo inteiro entre dezembro de 2007 e outubro de 2008 (obtidos através de um agente de monitorização dos *media online* designado Meltwater News). Dessa análise, cerca de 40% dos artigos fazem uma referência simples ao PISA sem qualquer explicação adicional, 29% citam os resultados (*rankings*) sem outras explicações (somente 2% a 3% dão explicações técnicas adicionais) e 28% usam o PISA como referência para pedir reformas nas políticas de educação. A Finlândia é citada em cerca de 75% dos artigos, quase sempre como um exemplo a seguir pelos outros países. Em termos de conclusões a autora refere que os *media* têm contribuído para uma interpretação simplista dos resultados do PISA, assente somente nos *rankings*, exercendo frequentemente uma pressão como promotores de reformas baseadas em critérios de eficiência da OCDE.

Também Dixon *et al.* (2013) fazem a análise da cobertura mediática e das respostas políticas do PISA 2006 e do PIRLS (Progress in International Reading Literacy Study) em quatro países europeus. Recensearam 912 artigos na Alemanha, 175 na Finlândia, 60 no Reino Unido e 29 em França. Concluíram pela negatividade da maioria dos artigos acerca da política educativa, independentemente dos resultados obtidos. Assim a Finlândia mostra a mesma percentagem de cobertura negativa que a Alemanha, apesar de aquela apresentar muito melhores resultados nos testes. Também a resposta política nos diversos países não foi uniforme. Assim, enquanto na Alemanha foi definida uma agenda radical de reforma, em França, apesar dos maus resultados relativos, não houve resposta semelhante.

Estudos sobre o impacto do PISA nos *media* relativamente a Portugal são inexistentes. Nesse sentido, este artigo apresenta os resultados de uma análise de conteúdo à cobertura do PISA em Portugal nos jornais *Expresso* e *Diário de Notícias* e na revista *Visão* no período de 2001 a 2012.

Portugal no PISA

O PISA é um estudo internacional da OCDE que pretende aferir os conhecimentos, as competências e as atitudes dos alunos de 15 anos avaliando o modo como estes, que se encontram perto de completar ou que já completaram a escolaridade obrigatória, adquiriram alguns dos conhecimentos e das competências essenciais para a participação ativa na sociedade (OECD, 1999).

Este estudo, organizado por ciclos de análise trienais, recolhe informação sobre conhecimentos específicos e competências dos alunos em três domínios: leitura, matemática e ciências. Em cada ciclo, o PISA elege um dos domínios como principal (designado *major*): PISA 2000 e PISA 2009 — literacia de leitura; PISA 2003 e PISA 2012 — literacia matemática; e PISA 2006 — literacia científica. A par desta

Quadro 1 Resultados dos alunos portugueses no PISA (2000-2009)

	2000	2003	2006	2009
Literacia de leitura	470	478	472	489
Literacia matemática	454	466	466	487
Literacia científica	459	468	474	493

Nota: Os valores apresentados dizem respeito às pontuações médias obtidas pelos alunos portugueses em cada ciclo do PISA e em cada domínio de avaliação.

Fonte: OECD (2010a).

informação, o PISA recolhe ainda dados sobre a escola e o contexto dos alunos em casa, as suas estratégias de aprendizagem, os ambientes de aprendizagem e a sua familiaridade com computadores.

Entre 2000 e 2009¹ o número de países participantes tem vindo a aumentar (43 países em 2000 e 65 países em 2009), atraindo cada vez mais um maior número de países não membros da OCDE, o que revela o crescente interesse pelo PISA.

Portugal participou neste estudo desde o seu início, e até 2009 os resultados obtidos colocaram o país sempre abaixo da média da OCDE (esta média é fixada em 500 pontos, com um desvio-padrão de 100 pontos, numa escala de avaliação de 0 a 1000) e nos lugares mais baixos do *ranking*: 26º a leitura, 27º a matemática e 28º em ciências, num total de 43 países que participaram no PISA 2000; 28º a leitura, 37º a matemática e 37º em ciências, num total de 57 países que participaram no PISA 2003; e 31º a leitura, 37º a matemática e 37º em ciências, num total de 57 países que participaram no PISA 2006.

Relativamente aos resultados de Portugal em 2009, e de acordo com o Gabinete de Avaliação Educacional do Ministério da Educação (GAVE-ME), “pela primeira vez desde o início do programa em 2000, os alunos portugueses atingem pontuações que se situam na média dos desempenhos da OCDE, no domínio da literacia de leitura” (Serrão, Ferreira e Sousa, 2010).

O mesmo relatório afirma mesmo que “Portugal é um dos países que mais progride nos três domínios” (*id.*, *ibid.*), dando principal destaque ao facto de a progressão observada entre 2000 e 2009 se dever em grande parte à redução da percentagem dos alunos com baixos níveis de desempenho, ou seja, alunos que não atingem o nível 2 de proficiência, que é considerado pela OCDE como o patamar mínimo de competências que todos os alunos deveriam atingir (OECD, 2010a).

Em 2009, os 489 pontos a literacia de leitura colocam Portugal na média da OCDE (OECD, 2010a) e os 487 pontos a literacia matemática e os 493 pontos a literacia científica demonstram um progresso significativo entre 2000 e 2009, também nestas duas áreas.

1 Optámos por apresentar apenas os resultados relativos aos ciclos do PISA de 2000 a 2009, visto o conteúdo e o período abrangido nas notícias analisadas dizerem respeito apenas a estes ciclos do programa PISA.

O PISA e as políticas de educação

Os resultados da primeira edição do PISA 2000 tiveram especial impacto na Alemanha, tendo “caído como uma bomba” neste país (Leibfried e Martens, 2009). A colocação da Alemanha na parte inferior do *ranking* nos três domínios avaliados provocou o que veio a ser designado *PISA shock* (Grek, 2009) e “a política educativa tornou-se, da noite para o dia, tema de campanha eleitoral” (Leibfried e Martens, 2009: 7). Tal resultou em diversas medidas de reforma como a aprovação de *standards* nacionais ou medidas de apoio aos alunos com dificuldades e aos emigrantes (Ertl, 2006).

O impacto do PISA não foi, no entanto, igual em todos os países. Grek (2009) no seu estudo sobre a Alemanha, a Finlândia e o Reino Unido analisa três reações diferentes. A primeira, já descrita como *PISA shock*, corresponde a um largo debate público sobre os resultados, com mudanças políticas subsequentes. A segunda — *PISA surprise* —, relativa à Finlândia, diz respeito à obtenção, inicialmente inesperada, de elevados resultados, que conduziram a uma especial atenção e estudo internacionais. A terceira — *PISA promotion* —, relativa ao Reino Unido, diz respeito a uma promoção dos resultados pelo governo, apesar da pouca atenção dos *media*, no sentido de justificar e legitimar as propostas e as medidas de política em desenvolvimento (Grek, 2008, 2009).

Em 2008 o próprio *Governing Board* do PISA encomendou uma avaliação externa do seu impacto nas políticas públicas. Tal estudo dizia respeito às edições de 2000 e 2003 e ainda aos primeiros resultados de 2006. Das conclusões (cf. Breakspear, 2012) salienta-se que o impacto é maior a nível nacional do que regional, local ou de escola, constituindo os decisores políticos o principal grupo interessado. Os resultados também mostraram que os países valorizam cada vez mais as competências avaliadas no PISA, que este é usado na maioria dos países para monitorizar a equidade e o desempenho, e que a sua influência na definição das políticas públicas tem vindo a crescer ao longo do tempo.

Mais recentemente a OCDE publicou um outro estudo sobre o impacto do PISA nas políticas públicas, envolvendo 37 países (*id.*, *ibid.*). Nesse estudo pretendeu-se analisar, por um lado, o impacto do PISA na construção das políticas nacionais de educação e, por outro, o seu uso e integração nos instrumentos normativos de política dos diversos países.

O estudo investigou a dimensão em que o PISA, como *standard* internacional de desempenho dos sistemas de ensino, foi integrado nas políticas e práticas educativas de cada país (*id.*, *ibid.*: 7). Este estudo fornece evidência de que a maioria dos países tomou medidas de política ou iniciou reformas, de dimensão diversa, em resposta aos resultados do PISA, na sequência de alguma das respetivas edições, e que os países que mostraram respostas políticas mais substanciais se incluem nos grupos com resultados quer abaixo, quer acima da média (*id.*, *ibid.*: 27).

Metodologia

Este trabalho foi realizado com o principal objetivo de analisar de que forma o PISA foi regularmente tratado na imprensa periódica nacional entre dezembro de 2001 e dezembro de 2012, e quais as relações estabelecidas com as políticas públicas de educação. Fica de fora deste estudo, a análise do impacto na imprensa nacional dos resultados do ciclo mais recente deste programa da OCDE, o ciclo PISA 2012, uma vez que tal só poderia ser realizado estando já disponíveis as notícias de um período de, pelo menos, um ano após a divulgação dos resultados, ou seja, de dezembro de 2013 a dezembro de 2014.

Na seleção dos *media* optámos pela imprensa periódica, por razões essencialmente metodológicas, como a maior disponibilidade de acesso aos conteúdos e aos instrumentos de recolha e tratamento de dados. Em face dos diversos tipos de meios de comunicação social escrita existentes, optámos por aqueles habitualmente designados “de referência”, pela maior associação atribuída por estes à agenda e discussão das políticas públicas. Assim selecionámos uma referência de cada um dos três principais tipos de meios: um jornal diário, um jornal semanário e uma revista semanal, que foram, respetivamente: o *Diário de Notícias (DN)*, o *Expresso* e a *Visão*. Para cada um deles foi feita uma pesquisa boleana subordinada aos termos “OCDE” + “PISA”.

Com vista a alcançar o principal objetivo deste estudo foi executada uma análise de conteúdo qualitativa e quantitativa através de um conjunto de critérios para codificação do conteúdo das peças jornalísticas.

Os critérios de codificação foram os seguintes:

- tom ou sentido da peça numa escala de três pontos (positivo, neutro e negativo);
- atores políticos (referência a primeiro-ministro, ministros, secretários de estado ou dirigentes do Ministério da Educação);
- intervenientes (escolas, professores, sindicatos);
- abrangência da análise das peças jornalísticas (nacional ou internacional);
- medidas políticas (reforma educativa no geral *vs* medida política concreta, recursos humanos, rede escolar, currículo, investimento em educação);
- resultados dos alunos portugueses (desempenho positivo, neutro ou negativo).

A análise de conteúdo das peças jornalísticas foi desenvolvida, com recurso ao *software* MaxQda, em dois momentos distintos:

- no primeiro momento foi realizada uma análise temática dos títulos e do conteúdo das peças, permitindo aferir o sentido destas face ao PISA e aos resultados obtidos pelos alunos portugueses; cada peça jornalística foi classificada quanto à relação do conteúdo com o PISA, considerando uma relação direta, quando a peça tinha como objetivo noticiar ou analisar o programa ou os seus resultados, e indireta, quando o objetivo da peça se referia a outro tema, incluindo o PISA de forma secundária;

- no segundo momento foi realizada uma análise temática mais fina do conteúdo das peças, frase a frase, codificando-as de acordo com os critérios acima referidos e contabilizando o número de referências.

O PISA nos *media* portugueses

Como já referimos atrás o PISA tem constituído um instrumento de ação da OCDE com impacto público e influência nas políticas de educação de diversos países (Martens e Niemann, 2010). Uma das formas de estudo desse impacto é a análise do conteúdo dos *media* sobre o programa. Assim, no âmbito da componente empírica do presente estudo, realizámos uma análise de alguns *media* portugueses no período que medeia entre o lançamento da primeira edição do PISA e 2012. A seleção do período 2001-2012 contemplou assim, desde logo, uma preocupação extensiva, cobrindo todo o período dos quatro primeiros ciclos de avaliação de existência do PISA, para permitir analisar a evolução dessa cobertura mediática quer do ponto de vista quantitativo, quer do ponto de vista qualitativo, especialmente nas evidências de eventuais relações com as políticas públicas de educação.

Dessa pesquisa, foram obtidas 136 peças jornalísticas de diversos géneros (incluindo notícias, entrevistas, reportagens e artigos de opinião) e dimensões (desde algumas linhas a várias páginas), distribuídas anualmente conforme consta no quadro 2.

As peças foram obtidas através do arquivo *online* dos órgãos referidos, exceto as do *Expresso* e da *Visão* publicadas em suporte de papel, que foram fornecidas pela respetiva empresa proprietária.

A divulgação dos resultados do PISA ocorre habitualmente no final do ano (dezembro) seguinte à sua realização, ou seja, ocorreu em 2001, 2004, 2007 e 2010. Analisando o número de peças publicadas, verificamos que os picos se situam em 2005-2006 e 2009-2010-2011. Assim, parece óbvio concluir que a primeira edição do PISA (2000) não suscitou grande impacto nos jornais em análise. A partir daí o número médio de referências anuais tendeu a crescer para a edição de 2003, situação que parece novamente decrescer para a edição de 2006 e voltar a subir, agora de forma significativa, para a de 2009.

Apesar das oscilações parece poder concluir-se por um crescimento do impacto ao longo do tempo, sendo este muito significativo do PISA 2000 (11 peças jornalísticas) para o PISA 2009 (68 peças jornalísticas). Outros fatores da agenda política podem também ter alguma interferência nas oscilações anuais, como o facto de terem ocorrido eleições legislativas em 2005, 2009 e 2011. Também a significativa quebra de 2007 e 2008, para além de respeitar a anos intermédios de ciclo, não deixará de ter sido influenciada pelo domínio que a avaliação dos professores tomou, nesses anos, na agenda mediática respeitante às políticas públicas de educação.

Num primeiro momento todas as peças jornalísticas foram classificadas de acordo com a tipologia habitualmente utilizada: notícia, reportagem, entrevista e artigo de opinião. Essa classificação permite-nos verificar que, na sua maioria, o nosso *corpus* de

Quadro 2 Número de peças jornalísticas por ano

Anos	<i>Expresso</i>	<i>Visão</i>	<i>DN</i>	Total
2001	2	0	2	4
2002	1	0	0	1
2003	3	1	0	4
2004	2	2	2	6
2005	1	2	9	12
2006	5	3	2	10
2007	2	1	5	8
2008	0	1	2	3
2009	5	1	7	13
2010	12	3	29	44
2011	13	1	9	23
2012	3	2	3	8
Total	49	17	70	136

Quadro 3 Número de peças jornalísticas segundo o tipo

	<i>Expresso</i>	<i>Visão</i>	<i>DN</i>	Total
Notícia	33	2	58	93
Reportagem	5	8	1	14
Entrevista	3	5	2	10
Artigo de opinião	8	2	9	19

análise é constituído por notícias (representando quase 70% do total), sendo as entrevistas o tipo menos encontrado (apenas 10 das 136 peças jornalísticas).

Nesta primeira fase analisou-se também a relação do conteúdo da peça com o PISA, considerando uma relação direta, quando a peça tinha como objetivo noticiar ou analisar o programa ou os seus resultados, e indireta, quando o objetivo da peça se referia a outro tema, incluindo o PISA de forma secundária. Desta análise concluiu-se que no *Expresso* o conteúdo de cerca de 53% da totalidade das peças jornalísticas que fez parte do *corpus* de análise estava relacionado diretamente com o PISA, na *Visão* esta percentagem não chegava aos 30% e no *DN* cerca de 70% das peças jornalísticas possuíam conteúdo relacionado diretamente com o PISA.

Quando analisamos mais aprofundadamente as peças jornalísticas verificamos a existência de uma relação direta entre a dimensão da peça e o PISA enquanto elemento central — em peças mais curtas o principal objetivo é noticiar os resultados obtidos pelos alunos portugueses, os *rankings* entre países e a evolução ao longo do tempo.

Trabalhos já anteriormente referidos (Dixon *et al.*, 2013) concluíram pela negatividade das apreciações sobre a educação e a política educativa da maioria dos artigos jornalísticos sobre o PISA, independentemente dos resultados obtidos em diversos países europeus. Interessaria, por isso, fazer uma análise dessa dimensão no caso português. Tal foi feito através da análise dos títulos das peças jornalísticas,

os quais foram sujeitos a uma leitura extensiva e a uma classificação de acordo com a seguinte categorização:

- Positivo — quando o título expressava qualidades ou melhorias da educação, do país, da escola, dos professores ou dos alunos:
 - “Portugal foi o que melhorou mais nas provas da OCDE” (*DN*, 08/12/2010).
 - “Educação serve de exemplo: OCDE faz filme sobre o sistema de ensino” (*Expresso*, 14/05/2011).
- Negativo — quando o título expressava defeitos ou insuficiências da educação, do país, da escola, dos professores ou dos alunos:
 - “Estudantes portugueses reprovados” (*Expresso*, 08/12/2001).
 - “Portugal entre os piores a Ciência” (*DN*, 30/11/2007).
- Neutro — quando não constava do título qualquer atributo ou não resultava claro um juízo de valor sobre os mesmos:
 - “Escolas: O que há de novo?” (*Visão*, 08/09/2005).
 - “Portugal vs Grécia” (*Expresso*, 16/04/2011).

A escolha dos títulos para objeto desta análise deve-se, por um lado, à adoção de um critério de maior objetividade (a maior extensão e complexidade dos textos completos introduz uma maior subjetividade e dificuldade na categorização do respetivo sentido e orientação), mas, também, ao facto de estes traduzirem, de forma mais óbvia, os critérios editoriais dos respetivos órgãos de comunicação social, precisamente porque são sujeitos, em regra, a uma avaliação (ou até formulação) a esse nível. Quando existiam subtítulos com destaque, os mesmos foram incluídos na análise do título, porque, muitas vezes ajudam a configurar, de forma mais objetiva, o sentido daquele. Os resultados da análise realizada foram os verificados no quadro 4.

Curiosamente, na totalidade das peças os sentidos positivo e negativo equivalem-se rigorosamente, bem como o número de títulos neutros. Tal distribuição não é, no entanto, absolutamente idêntica para os três meios, havendo uma ligeira preponderância dos positivos no *Expresso*, dos negativos na *Visão* e equilíbrio no *DN*, ainda que as diferenças não sejam significativas.

Estes resultados parecem não alinhar assim com os de Dixon *et al.* (2013), que apontam para uma preponderância da negatividade no estudo que realizaram, para a Alemanha, Finlândia, França e Reino Unido, mas, também não permitem uma conclusão contrária. No entanto, se tivermos em conta a distribuição ao longo do tempo, verificamos que, enquanto os títulos negativos e neutros se encontram distribuídos ao longo do período analisado, a maioria dos títulos de sentido positivo estão concentrados nos anos de 2010 e 2011 (31 do total de 45, sendo 19 do *DN*, 11 do *Expresso* e 1 da *Visão*) e superando de forma clara os títulos negativos nesses mesmos anos (18 no total de 45, sendo 9 no *DN*, 8 no *Expresso* e 1 na *Visão*). Tal radica no facto de os resultados de Portugal no PISA 2009 terem apresentado uma melhoria significativa face às edições anteriores, em qualquer das três áreas (leitura, matemática e ciências) como já foi referido anteriormente.

Quadro 4 Sentido positivo/negativo/neutro dos títulos das peças jornalísticas

Jornais	Positivo	Neutro	Negativo
<i>Expresso</i>	19	15	15
<i>Visão</i>	3	8	6
<i>DN</i>	23	23	24
Total	45	46	45

Quadro 5 Referências a desempenho positivo/negativo

Descritores	1.º ciclo PISA dez./2001 a nov./2004	2.º ciclo PISA dez./2004 a nov./2007	3.º ciclo PISA dez./2007 a nov./2010	4.º ciclo PISA dez./2010 a dez./2012	Total
Desempenho positivo	0	1	0	103	104
Desempenho negativo	19	48	31	17	115

Para confirmar ou infirmar esta conclusão, procedemos a uma análise do conteúdo dos artigos em função dos descritores *desempenho positivo / desempenho negativo*, tendo obtido os resultados apresentados no quadro 5.

O quadro 5 mostra que a totalidade de referências a desempenho positivo/negativo não apresenta uma significativa diferença, aproximando-se bastante do resultado obtido para os títulos. Mas, no respeitante à distribuição ao longo do tempo, verificamos que as referências negativas se distribuem por todos os ciclos, com maior incidência no respeitante ao PISA 2003. As referências positivas incidem, na quase totalidade, no respeitante ao ciclo do PISA 2009. Tais referências estão de acordo com os resultados obtidos pelos alunos no PISA, os quais mostram uma melhoria substancial na edição de 2009 face às edições anteriores.

Podemos concluir que nos três primeiros ciclos do PISA os resultados mostram uma clara preponderância do sentido negativo das peças jornalísticas, mas que tal situação se inverteu relativamente à edição de 2009, onde a positividade ultrapassou largamente a negatividade nas peças publicadas. Podemos concluir que há uma diferença significativa no impacto nos *media* do PISA 2009 relativamente às edições anteriores, quer do ponto de vista quantitativo, quer qualitativo. Praticamente metade da totalidade das referências tem lugar em 2010 e 2011. Assim em contraste com uma média de 6,9 peças/ano nos restantes anos, o ano de 2010 atinge 44 e o de 2011 atinge 23. Por outro lado, os resultados do PISA 2009 mostram também um impacto diferente do ponto de vista qualitativo. Assim, verifica-se um predomínio da negatividade no respeitante às edições anteriores (2000, 2003 e 2006), que se altera para um predomínio da positividade para a edição de 2009, o que se relaciona com a melhoria dos resultados dos alunos obtida neste ano.

Os atores políticos, os intervenientes, o foco de análise e os resultados

Se tivermos em conta que o primeiro pico de notícias sobre o PISA se dá em 2005/2006,² altura em que um novo governo e uma nova equipa do Ministério da Educação tomam posse e lançam um conjunto de medidas e iniciativas direcionadas para o ensino da matemática, e em que várias análises realizadas aos resultados dos exames nacionais desta disciplina são divulgadas, podemos concluir que a supremacia de peças jornalísticas com enfoque na matemática (cerca de 41% do total) pode ter sido condicionada pela agenda política de então (Stack, 2006). É assim muito frequente encontrar peças em que o PISA aparece em segundo plano, como referência ou como elemento de legitimação da medida política apresentada pelo executivo.

A ministra da Educação quer inverter os crónicos maus resultados a Matemática com o programa, anunciando ontem, que entra em vigor em setembro. (*Expresso* nº 1754, 10/06/2006 — 1.º caderno, p. 21)

Já são conhecidas as mudanças a introduzir para combater o insucesso escolar a Matemática a partir do 1.º ciclo, nomeadamente a formação de sete mil professores dos 3.º e 4.º anos de escolaridade. (*DN*, 12/09/2015)

Outro aspeto apontado pela ministra foi a necessidade de se continuar a investir no ensino, para que Portugal recupere do atraso em relação a outros países desenvolvidos, nomeadamente ao nível das infraestruturas escolares. (*DN*, 27/04/2005)

Por outro lado, em relação à leitura (domínio principal avaliado no PISA 2009), apesar de esta surgir em segundo lugar (com cerca de 32%), a sua presença encontra-se maioritariamente no conjunto de peças de divulgação do ciclo PISA 2009, ou seja, com data entre dezembro de 2010 e dezembro de 2012, associada aos desempenhos dos alunos portugueses.

Pela primeira vez, os alunos portugueses de 15 anos conseguiram resultados dentro da média da OCDE nos testes do PISA (Programme for International Student Assessment) em literacia de leitura. (*Expresso* nº 1989, 11/12/2011 — 1.º caderno, p. 24)

Os resultados do PISA 2009 revelam que Portugal é o sexto país cujo sistema educativo melhor compensa as assimetrias socioeconómicas e que é um dos países com maior percentagem de alunos de famílias desfavorecidas que atingem excelentes níveis de desempenho em leitura. (*DN*, 28/03/2011)

2 Importa referir que o domínio principal avaliado no ciclo anterior do PISA, em 2003, tinha sido literacia matemática.

Quadro 6 Atores políticos referidos nas peças jornalísticas

Ator político	Total de referências	%
Ministro da Educação	69	41,82
Primeiro-ministro	39	23,64
Ministério da Educação	19	11,52
Secretário de estado da Educação	16	9,70
Governo	12	7,27
Diretor do GAVE	10	6,06
Total	165	100,00

Os atores políticos referidos nas peças jornalísticas foram principalmente o ministro da Educação (com cerca de 42% do total de 165 referências a atores políticos). As referências a este ator político concentram-se nas peças de dezembro de 2004 a novembro de 2007 — associadas à divulgação dos resultados do PISA 2003 e a medidas políticas —, e de dezembro de 2010 a dezembro de 2012 — associadas aos resultados positivos obtidos pelos alunos portugueses no PISA 2009.

As boas notícias têm que ver com o excelente desempenho de [ministra da Educação] e da sua equipa à frente do Ministério da Educação. (*DN*, Opinião, 19/09/2005)

Quando não se desvaloriza a progressão — dizendo, como o “especialista” Santana Castilho, que “é um acaso” ou, como a dirigente do PSD Paula Teixeira da Cruz, “que não espelha a realidade” —, nega-se a possibilidade de a mudança verificada em relação aos anteriores estudos PISA, de 2000, 2003 e 2006, se dever a medidas tomadas [pela ministra da Educação], do plano de ação para a matemática ao plano nacional de leitura, das aulas de substituição ao estudo acompanhado, dos planos de recuperação de alunos com maus resultados à avaliação dos professores. (*DN*, 10/12/2010)

Foi a ex-ministra da Educação que conduziu e executou a maior parte destas mudanças e os resultados estão aí para o provar. (*Expresso online*, 16/12/2010, Opinião)

Nas peças de dezembro de 2010 a dezembro de 2012 existe uma elevada percentagem de referências ao ex-primeiro-ministro José Sócrates, com cerca de 24% da totalidade de referências a atores políticos.

José Sócrates voltou a citar os “progressos assinaláveis” dos alunos nos testes PISA, da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), para elogiar as reformas que fez no sector. (*DN*, 26/12/2010)

O primeiro-ministro escolheu falar dos resultados obtidos pelos alunos portugueses de 15 anos, nos testes organizados pelo PISA. (*Visão* n.º 928, 19/09/2015, p. 58)

Como atores políticos presentes nas peças jornalísticas, muitas vezes na qualidade de fonte de informação, são ainda referidos o Ministério da Educação (11,52%), o

secretário de estado (9,70%), o governo (7,27%) e o diretor do GAVE-ME (6,06%), gabinete responsável pela coordenação e implementação do PISA em Portugal.

Em comunicado enviado às redações, o Ministério da Educação avança que “os resultados do PISA 2009 revelam que Portugal é o 6.º país cujo sistema educativo melhor compensa as assimetrias socioeconómicas” e que “é um dos países com maior percentagem de alunos de famílias desfavorecidas que atingem excelentes níveis de desempenho em leitura”. (*Expresso online*, 28/03/2011)

Nas peças analisadas os professores (em cerca de 57% do total de 60 referências) aparecem como os principais intervenientes responsáveis pelos desempenhos positivos dos alunos portugueses, em especial no período relativo à divulgação dos resultados do PISA 2009 (dezembro de 2010 a dezembro de 2012).

O primeiro-ministro congratulou-se, chamou os professores de “heróis” e deixou um lamento: “Por que razão ao longo destes anos ninguém no nosso país foi capaz de dizer que as nossas reformas iam na direção correta?” (*Expresso* n.º 1989, 11/12/2010, 1.º caderno, p. 24)

O primeiro-ministro assinalou esta terça-feira o “progresso notável” na qualidade da Educação revelado pelo relatório PISA 2009 da OCDE, atribuindo aos professores o mérito dos resultados. (*DN*, 07/12/2010)

São muito frequentes, em especial nas peças jornalísticas em que o PISA aparece em segundo plano, como referência ou como elemento de legitimação de medidas políticas, as referências a políticas públicas de educação. Muitas destas remetem para a necessidade de uma reforma educativa em geral (cerca de 36% das 122 referências) ou de medidas concretas (cerca de 25% do total).

A evolução nacional foi aproveitada ontem pelo Governo, nomeadamente pelo primeiro-ministro, para, sem tirar “o mérito dos professores e dos alunos”, defender as virtudes das reformas educativas que implementou desde 2005. (*DN*, 08/12/2010)

Andreas Schleicher refere que a melhoria de resultados “pode ser explicada em primeiro lugar pelas políticas seguidas nos últimos anos e por uma conjugação de fatores como a avaliação de professores e um controlo sério da qualidade do ensino. (*DN*, 07/12/2010)

O quadro 7 apresenta medidas políticas concretas relativas à reorganização / revisão curricular, à reorganização da rede escolar, à avaliação do sistema de ensino (professores e alunos) ou a programas concretos lançados entre 2000 e 2012 e com referência nas peças jornalísticas analisadas: 96 das 144 referências a políticas públicas de educação encontradas nas peças jornalísticas.

Desta análise mais detalhada (quadro 8), é possível verificar que as principais referências se concentram nos ciclos do PISA 2003 (cerca de 40% da totalidade de

Quadro 7 Políticas públicas de educação referidas nas peças jornalísticas

Políticas públicas de educação	Total de referências	%
Reforma educativa	44	36,07
Medida concreta	31	25,41
Currículo	14	11,48
Reorganização da rede escolar	12	9,84
Recursos humanos (avaliação de professores)	11	9,02
Investimento em educação	10	8,20
Total	144	100,00

Quadro 8 Referências a medidas políticas por ciclo PISA

Medida	PISA 2000	PISA 2003	PISA 2006	PISA 2009	
Rede escolar	Fechar escolas	1	0	2	1
	Agrupamentos	0	1	1	1
	Infraestruturas	0	1	0	4
Currículo	Ensino secundário	1	2	0	1
	2.º e 3.º ciclos	0	0	0	8
	1.º ciclo	0	3	1	0
	AEC 1.º ciclo	0	9	0	3
	Inglês 1.º ciclo	0	3	0	2
	CEF	0	1	0	1
	Revisão do programa de matemática	0	3	0	0
	Metas curriculares	0	0	0	2
Apoio ao estudo	0	4	0	2	
Avaliação	Exames e provas de aferição	0	1	0	1
	Avaliação de professores	0	0	0	2
Programas	Novas Oportunidades	0	1	1	5
	PTE	0	0	0	3
	PNL	0	0	0	5
	PAM	0	9	0	10

referências a medidas concretas) e do PISA 2009 (cerca de 53% da totalidade de referências) e com maior incidência na implementação das atividades extra-curriculares (AEC) no 1.º ciclo do ensino básico (12 referências no total ou 17 referências se considerarmos a introdução do Inglês no 1.º ciclo enquanto AEC) e no Plano de Ação para a Matemática (PAM), que incluía entre outras ações, a formação contínua de professores de matemática, reajustamento e especificações programáticas para esta disciplina e a definição de ações concretas das escolas com vista ao sucesso escolar (19 referências no total).

É ainda frequente a referência à reorganização da rede escolar (12 referências), seja ao encerramento de escolas de 1.º ciclo com um número muito reduzido de alunos, à criação de agrupamentos ou à renovação do parque escolar.

Analisando se, nas peças jornalísticas, existiam referências à comparação nacional ou internacional, encontraram-se 241 referências a outros países e a comparações entre sistemas de ensino (mais de metade da totalidade das referências), aos

Quadro 9 Referências a comparações

Comparação	Total de referências	%
Com outros países	115	47,72
Ranking	91	37,76
Com outros sistemas de ensino	18	7,47
Com resultados nacionais	17	7,05
Total	241	100,00

rankings (cerca de 38% do total), mas também aos exames ou aos resultados nacionais (cerca de 7% do total), como mostra o quadro 9.

A maior parte das referências a outros países é feita aos considerados *top performers* no PISA, como a Finlândia e a Coreia do Sul, com uma maior concentração no período de dezembro de 2010 a dezembro de 2012.

Quando se olha para os resultados dos alunos nos testes internacionais e as taxas de escolarização da população, não restam dúvidas de que a Finlândia e a Coreia do Sul lideram a lista dos países mais fortes nesta área. (*Expresso* n.º 2093, 08/12/2012, 1.º caderno, p. 29).

A introdução dos exames do 9.º ano, instrumento de avaliação nacional e externo, foi apresentada como um modo de melhorar as performances. (*Visão* n.º 623, 10/02/2015, “O estado da nação”, p. 46).

474 foi a pontuação alcançada pelos portugueses, dando direito ao 37.º lugar. (*Visão* n.º 770, 06/12/2007, p. 118).

No conjunto, Portugal fica em 26.º lugar em matéria de leitura. (*DN*, 05/12/2001).

Conclusões

Os resultados obtidos neste estudo indicam que a presença do PISA nos *media* portugueses estudados aumentou ao longo dos anos, desde 2001 até 2012. Tal aumento não foi, porém, linear, e teve lugar de forma mais significativa em dois períodos: o primeiro dá-se no ciclo relativo ao PISA 2003, em que o número de notícias quase triplica face ao ciclo anterior (o primeiro), e no ciclo relativo ao PISA 2009, que totaliza mais de metade do total das notícias sobre o programa nos 12 anos considerados, quase triplicando novamente face ao ciclo anterior e sextuplicando face ao PISA 2000, o que nos permite concluir que o PISA tem vindo a ganhar espaço na agenda mediática, atingindo especial relevo no período de 2010-2012, respeitante à edição de 2009.

A matemática é a área de avaliação mais referida nos *media*, ainda que o domínio *major* da edição com mais notícias (2009) fosse a leitura, o que nos diz que a

agenda mediática sobre o PISA está sujeita a fatores de condicionamento da agenda mediática e política do país, para além dos fatores derivados do conteúdo e dos resultados do próprio PISA.

Os títulos das peças jornalísticas analisadas, ao contrário do que se verifica noutros países europeus (Dixon *et al.*, 2013), não mostram globalmente uma predominância do sentido negativo sobre as políticas de educação, o país, as escolas, os professores ou os alunos, mas também não mostram o contrário, havendo globalmente um equilíbrio entre os sentidos positivo e negativo. Todavia a análise da sua distribuição por ciclos mostra que tal conclusão é um pouco ilusória, já que o sentido positivo só é maioritário relativamente ao PISA 2009, sendo o sentido negativo predominante relativamente a todas as edições anteriores.

O conteúdo das peças jornalísticas mostra também um domínio do sentido negativo relativamente ao desempenho dos alunos, das escolas ou do país nas três primeiras edições (com especial incidência na de 2003, em que o domínio *major* era a matemática), o qual também se inverte totalmente para um sentido positivo fortemente dominante na edição de 2009. Pode pois concluir-se que o sentido positivo/negativo do conteúdo das peças jornalísticas se mostra profundamente relacionado com o nível concreto dos resultados obtidos pelos alunos portugueses no PISA, os quais tiveram uma significativa melhoria em 2009, face aos fracos resultados das edições anteriores.

As notícias sobre o PISA associam os resultados dos alunos portugueses a medidas de política (tomadas ou a tomar), especialmente nos casos das edições de 2003 e 2009 (que obtiveram resultados bem diferentes), o que nos leva a concluir que a acentuação da perceção da negatividade ou da positividade dos resultados obtidos pelos alunos induz mais fortemente o estabelecimento de relações com as políticas de educação. Mas também outros fatores relacionados com a agenda política e mediática, como as eleições e a mudança de governo, podem influenciar a perceção ou a visibilidade dessa relação.

As medidas de política mais associadas aos resultados obtidos pelos alunos no PISA são, por um lado, as relativas a casos concretos presentes na agenda política, quer como causas, quer como ações possíveis de promoção de melhorias e, por outro, as relativas a orientações gerais ou conjuntos de medidas orientadas para uma mudança ou “reforma” mais global.

A associação entre o PISA e os atores políticos é também um dado presente, de forma ainda mais relevante do que as medidas de política, nas peças jornalísticas analisadas, com especial incidência uma vez mais no ciclo relativo à edição de 2009, mas também à de 2003. Essa associação tem especial incidência no “ministro da Educação”, como seria expectável, dado ser o que está mais ligado às políticas de educação, ainda que a forte presença do primeiro-ministro no ciclo relativo a 2009 possa significar um reforço induzido pelo PISA, ou pelos próprios atores, da perceção pública da importância ou visibilidade das políticas de educação.

Assim, em termos mais gerais podemos ainda concluir que o estudo mostra que, também em Portugal, se encontra nos *media* uma forte relação entre o PISA e as políticas públicas de educação. No entanto, importa ainda referir que a análise realizada deixa de fora a avaliação das perceções do impacto do PISA pelos vários

atores políticos e intervenientes e a sua mutação ao longo do tempo. Mas a ligação encontrada entre o PISA e as políticas públicas de educação mostra que os objetivos definidos pela OCDE, relativos ao uso do PISA como *standard* internacional de performance dos sistemas escolares, com inevitáveis consequências na formulação e na monitorização das políticas educativas, tem vindo a afirmar-se e a acentuar-se também em Portugal.

Referências bibliográficas

- Baird, Jo-Anne, Talia Isaacs, Sandra Jonhson, Gordon Stobart, Guoxing Yu, Terra Sprague, e Richard Daugherty (2011), *Policy Effects of PISA*, Oxford, Oxford University Centre for Educational Assessment.
- Bieber, Tonia, e Kerstin Martens (2011), "The OECD PISA study as a soft power in education? Lessons from Switzerland and the US", *European Journal of Education*, 46 (1), pp. 101-116.
- Breakspear, Simon (2012), "The policy impact of PISA: an exploration of the normative effects of international benchmarking in school system performance", *OECD Education Working Papers*, 71, OECD Publishing, disponível em: <http://dx.doi.org/10.1787/5k9fdfqffr28-en> (última consulta a 12/12/2013).
- Dixon, Ruth, *et al.* (2013), "A lever for improvement or a magnet for blame? Press and political responses to international educational rankings in four EU countries", *Public Administration*, 91 (2), pp. 484-505.
- Ertl, H. (2006), "Educational standards and the changing discourse on education: the reception and consequences of the PISA study in Germany", *Oxford Review of Education*, 32 (5), pp. 619-634.
- Figazzolo, L. (2009), "Impact of PISA 2006 on the education policy debate", *Research Publications – Education International*, disponível em: <http://download.ei-ie.org/docs/IRISDocuments/Research%20Website%20Documents/2009-00036-01-E.pdf> (última consulta a 12/12/2013).
- Fladmoe, Audun (2011), "Education in the news and in the mind: PISA, news media and public opinion in Norway, Sweden and Finland", *Nordicom Review*, 32 (2), pp. 99-116.
- Grek, Sotiria (2008), "PISA in the british media: leaning tower or robust testing tool?", *CES Briefing*, 45, Edimburgo, Centre for Educational Sociology.
- Grek, Sotiria (2009), "Governing by numbers: the PISA 'effect' in Europe", *Journal of Education Policy*, 24 (1), pp. 23-37.
- Grek, Sotiria, e Jenny Ozga (2008), "Governing by numbers? Shaping education through data", *CES Briefing*, 44, Edimburgo, Centre for Educational Sociology.
- Leibfried, Stephan, e Kerstin Martens (2009), "PISA: internacionalización de la política educativa o ¿cómo se llega de la política nacional a la OCDE?", *Profesorado – Revista de Currículum y Formación de Profesorado*, 13 (2), pp. 1-11.
- Martens, Kerstin, e Dennis Niemann (2010), "Governance by comparison: how ratings & rankings impact national policy-making in education", *TranState Working Papers*, 139, disponível em: <http://hdl.handle.net/10419/41595> (última consulta a 12/12/2013).

- Melo, M. Benedita Portugal e (2005), "Os circuitos da reflexividade mediatizada: apresentação de dados preliminares", *Análise Social*, XL (176), pp. 595-617.
- OECD (s/d), *PISA – The OECD Programme for International Student Assessment*, s/l, OECD, disponível em: <http://www.oecd.org/pisa/pisaproducts/37474503.pdf> (última consulta a 12/12/2013).
- OECD (1999), *Measuring Student Knowledge and Skills – A New Framework for Assessment*, Paris, OECD Publishing.
- OECD (2001), *Knowledge and Skills for Life. First Results from the OECD Programme for International Student Assessment (PISA) 2000*, Paris, OECD Publishing.
- OECD (2009), *PISA 2009 Assessment Framework. Key Competencies in Reading, Mathematics and Science*, Paris, OECD Publishing.
- OECD (2010a), *PISA 2009 Results. What Students Know and Can Do – Student Performance in Reading, Mathematics and Science*, vol. I, Paris, OECD Publishing.
- OECD (2010b), *Strong Performers and Successful Reformers in Education – Lessons from PISA for the United States*, Paris, OECD Publishing.
- Serrão, Anabela, Carlos Pinto Ferreira, e Helder Dinis de Sousa (2010), *PISA 2009 – Competências dos Alunos Portugueses. Síntese de Resultados*, Lisboa, Ministério da Educação, Gabinete de Avaliação Educacional, disponível em: http://iave2.addition.pt/np3content/?newsId=346&fileName=Sintese_Resultados_PISA2009.pdf (última consulta a 12/12/2013).
- Stack, Michelle (2006), "Testing, testing, read all about it: canadian press coverage of the PISA results", *Canadian Journal of Education*, 29 (1), pp. 49-69.

Valter Lemos. Professor coordenador da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Castelo Branco. E-mail: valterlemos@ipcb.pt

Anabela Serrão (*corresponding author*). Doutoranda no Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), CIES-IUL, Avenida das Forças Armadas, Edifício ISCTE, 1649-026 Lisboa. E-mail: aserraopt@gmail.com

Receção: 12 de dezembro de 2013 Aprovação: 17 de janeiro de 2015